

11.junho.2015 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: **Associação Nacional de Escolas Profissionais - ANESPO**
Dr. Manuel Pisco Lopes (Presidente da Mesa da Assembleia Geral), Dra. Fernanda Ramos (Escola Profissional da Região Alentejo), Dr. Luís Costa (Diretor Executivo) e Dr. José Eduardo Azevedo (Fundação Conservatório de Música da Maia)

Recebidos por: Deputados Sandra Pontedeira (PS), Ana Sofia Bettencourt (PSD), Maria Conceição Pereira (PSD), Pedro Pimpão (PSD), Agostinho Santa (PS), Michael Seufert (CDS-PP) e Rita Rato (PCP).

Exposição: A Sra. Deputada Sandra Pontedeira (PS) apresentou as boas vindas aos representantes da ANESPO - Associação Nacional de Escolas Profissionais, a quem deu de imediato a palavra, para exporem os motivos que justificaram o pedido de audiência.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral agradeceu o rápido agendamento da audiência e apresentou as suas preocupações relativamente ao incumprimento financeiro do Ministério da Educação e Ciência em contratos-programa de cursos profissionais e protocolos para o ensino especial e artístico. A síntese da intervenção, bem como as propostas apresentadas ao Governo sobre esta matéria, encontram-se disponíveis na [página internet da Comissão](#).

Intervio, de seguida, a Sra. Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD), que agradeceu a exposição e colocou algumas questões, nomeadamente sobre o número de instituições que se encontram nas condições referidas e sobre o resultado dos contactos com os Ministérios da Educação e Ciência e das Finanças. Terminou, manifestando a sua disponibilidade e o seu empenho na resolução deste problema, sugerindo ainda que, dada a complexidade da questão, dirigissem um pedido de audiência à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública para, em conjunto, se poder perspetivar uma solução.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) disse estranhar que as escolas estejam confrontadas com este problema, por entender que a recente alteração no Orçamento do Estado teria resolvido esta questão. Defendeu ainda que as fundações com contratos-programa e contratos de patrocínio devem relacionar-se com o Estado de forma diferente das restantes e manifestou a sua disponibilidade para aferir se pode ser introduzida uma norma com efeitos retroativos. Terminou, questionando os representantes da ANESPO sobre o ponto de situação dos próximos contratos com a DGEstE e defendendo que não pode ser posta em causa a prestação do serviço público.

O Sr. Deputado Agostinho Santa (PS) considerou que o problema em questão é, exclusivamente, de natureza interpretativa, sendo que a intenção do legislador era boa. Questionou ainda os representantes da delegação sobre se existe outra entidade, para além da DGEstE, a solicitar a devolução de verbas e terminou, afirmando que o PS vai analisar este problema e tentar encontrar mecanismos que permitam ultrapassá-lo, de forma a evitar o colapso das instituições.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) considerou que o incumprimento dos contratos-programa e os cortes em relação a montantes executados ou em execução configuram uma situação grave e inaceitável, que revela também a desadequação do regime de financiamento às escolas profissionais. Lembrou ainda que os contratos para o ano em curso não foram ainda assinados e referiu que o PCP dirigiu várias perguntas ao Governo sobre a questão do financiamento. Terminou, defendendo que há medidas de fundo que devem ser discutidas, pelo que o PCP apresentou um Projeto de Resolução *pela valorização do ensino profissional e garantia da igualdade de oportunidades a todos os estudantes*.

Respondendo às questões colocadas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da ANESPO esclareceu que deverão estar envolvidas cerca de 11 instituições, sendo que apenas algumas têm já contrato assinado, havendo mesmos casos de outras que têm verbas atribuídas, embora sem contrato. Afirmou ainda que este problema só se coloca com a DGEstE e que não recebeu qualquer resposta por parte do Ministério das Finanças.

A Dra. Fernanda Ramos, da Escola Profissional da Região Alentejo, referiu que a Fundação está a desenvolver formação vocacional e que não tem ainda contrato assinado no presente ano letivo. Frisou que o Estado assumiu responsabilidades com estas entidades, não sendo legítimo que, por se transformarem em fundações, tenham um tratamento diferenciado. Sublinhou que a Fundação Alentejo tem 130 trabalhadores e 600 alunos, tendo a dívida do Estado atingido já o montante de 300.000 euros. Terminou, solicitando a intervenção dos Deputados para se encontrar uma solução para este problema.

O Dr. José Eduardo Azevedo, da Fundação Conservatório de Música da Maia, manifestou a sua preocupação relativamente aos alunos, lembrando que aquele Conservatório suprime lacunas no que se refere ao ensino artístico. Reafirmou que foram assinados contratos de patrocínio, que foram criadas expectativas, sendo que o Estado não cumpre os compromissos assumidos. Terminou, manifestando a sua preocupação em relação ao que vai acontecer no próximo ano letivo.

Para concluir, o Dr. Luís Costa, Diretor Executivo da ANESPO, reafirmou que existem quatro tipologias de problemas: as fundações com cursos profissionais em Lisboa, as fundações com cursos vocacionais, as escolas de música e o Instituto da Imaculada para as Pessoas com Necessidades Especiais. Terminou, defendendo um tratamento igual para todas as instituições que prestam este tipo de serviços.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 11 de junho de 2015

A assessora
Cristina Tavares